

Representações de vinculação na infância: Competência verbal, estabilidade e mudança

Joana Maia* / Manuela Veríssimo* / Bruno Ferreira* / Lígia Monteiro* / Marta Antunes*

* UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário

Visando identificar diferenças individuais no modo como as crianças encenam uma variedade de situações relacionadas com a vinculação, o Attachment Story Completion Task (ASCT, Bretherton & Ridgeway, 1990) tem sido utilizado em diferentes culturas, sendo uma das metodologias narrativas de completamento de histórias mais utilizadas durante o período pré-escolar. Não obstante o vasto reconhecimento do seu valor, tanto clínico como empírico, mais estudos revelam-se indispensáveis para confirmar a validade discriminativa do ASCT face a medidas de competência verbal, bem como para clarificar alguns aspectos relacionados com a sua fiabilidade. Procurando contribuir para uma melhor compreensão da utilização do instrumento na população portuguesa, o presente estudo debruça-se especificamente sobre a potencial influência da idade e do Q.I. verbal nas respostas dadas pelas crianças. O ASCT foi aplicado a 159 crianças em idade pré-escolar e escolar ($M=66.11$, $DP=9.96$), tendo o desempenho dos sujeitos ao longo da tarefa sido analisado através de uma escala contínua de segurança, por investigadores independentes, previamente treinados. Os valores de segurança (quer história a história, quer no conjunto das histórias) não apresentaram associações relevantes com nenhuma das variáveis sócio-demográficas consideradas, nem com a idade dos participantes. Foi, no entanto, encontrada uma associação positiva, de fraca intensidade com o Q.I. verbal, estimado através da WPPSI-R [Wechsler, 1989] ($r=.16$, $p(\text{unilateral})<.05$). A estabilidade da medida foi explorada numa sub-amostra de 34 sujeitos, após um intervalo temporal de, aproximadamente, 11 meses. Verificou-se que, embora haja uma tendência para o desempenho global dos sujeitos ser avaliado, em termos da média grupal, de forma significativamente mais elevada [$t(33)=2.50$, $p(\text{unilateral})<.01$, $d=.49$], quando avaliada intra-sujeitos, a segurança mostra-se moderadamente estável ($r=.33$, $p<.05$, $n=34$). Finalmente, foram encontradas evidências que sugerem influências recíprocas, ao longo do desenvolvimento, entre aspectos associados à segurança das representações e capacidade verbal.

Palavras-chave: Estabilidade temporal da segurança de vinculação, Metodologias narrativas, Representações de vinculação.

INTRODUÇÃO

A qualidade das relações de vinculação experienciadas durante a infância tem sido empiricamente confirmada enquanto plataforma importante no delinear de trajectórias desenvolvimentais

Os autores gostariam de agradecer a todas as crianças que participaram neste estudo, financiado pela F.C.T (PTDC/PSI/64149/2006, SFRH/BD/35769/2007). Os autores gostariam ainda de agradecer a colaboração de todos os colegas da linha 1 – Psicologia do Desenvolvimento, da UIPCDE, ISPA-IU, pelos seus comentários valiosos e colaboração na recolha e cotação de dados.

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Manuela Veríssimo, UIPCDE, ISPA – Instituto Universitário, Rua Jardim do Tabaco, 34, 1149-041 Lisboa. E-mail: mveriss@ispa.pt

conducentes a distintos graus de competência e de adaptação sócio-emocional (ver revisão de Weinfield, Sroufe, Egeland, & Carlson, 2008). Neste contexto, os Modelos Internos Dinâmicos de Vinculação (MID), metáfora conceptual introduzida por Bowlby (1969/1982, 1973) que descreve um conjunto organizado de crenças e expectativas rudimentares, activamente construídas pela criança, com base nas suas experiências interactivas diárias relativas à acessibilidade, sensibilidade e responsividade dos seus principais cuidadores, assumem um papel particularmente relevante (ver revisões de Bretherton & Munholland, 2008; Thompson, 2008).

Tomando como pressuposto que os MID, progressivamente organizados segundo crescentes graus de complexidade, são susceptíveis de influenciar significativamente diversas dimensões do funcionamento inter-pessoal dos sujeitos, revela-se fundamental a validação de instrumentos capazes de, em idades precoces, avaliarem a organização emergente destes modelos, esperando-se que tal avaliação possa contribuir para a identificação de características e de factores, tanto de risco como de resiliência, no funcionamento psicológico infantil.

Desenvolvido por Bretherton e Ridgeway (1990) o *Attachment Story Completion Task* (ASCT) procura captar diferenças individuais na forma como as crianças constroem narrativas em torno de cenários do quotidiano familiar relacionados com a vinculação. Aplicável a partir dos 3 anos, consiste numa entrevista de cerca de 30 minutos, durante a qual, com a ajuda de uma família de pequenas figuras moldáveis (i.e., pai, mãe, filho “protagonista” e respectivo irmão/ã, ambos do mesmo género da criança entrevistada), são apresentados 6 inícios de histórias, sendo pedido à criança que complete cada história livremente. Embora o limite etário de aplicação da versão original do instrumento fossem os 6 anos, posteriormente foram sugeridas algumas alterações ao procedimento e à cotação que o tornam aplicável a crianças até aos 9 anos de idade (e.g., Granot & Maysel, 2001).

Não obstante a ampla aceitação do ASCT enquanto instrumento de significativa utilidade clínica e empírica (e.g., Page, 2001; Page & Bretherton, 2001) continuam a ser necessários estudos para legitimar de forma inequívoca a sua validade convergente e discriminativa. Neste sentido, mostra-se vital a clarificação da possível influência da idade, bem como de diferenças inter-individuais ao nível da competência linguística, na qualidade das respostas apresentadas pelos sujeitos, sendo também imprescindíveis mais dados susceptíveis de nos informarem sobre o grau de estabilidade temporal da medida. Visando explorar estes três aspectos numa amostra de crianças portuguesas, em idade pré-escolar ou já no início da escolaridade, o presente estudo insere-se neste esforço de clarificação.

MID e o problema da avaliação: O mapa não é o território

Muitos estudos têm utilizado o ASCT em diversos contextos e em diversas culturas (e.g., Pierrehumbert et al., 2009), tanto em amostras normativas como em grupos com características específicas, nomeadamente, filhos de pais divorciados (e.g., Page & Bretherton, 2001), crianças que se encontram institucionalizadas (Torres, Maia, Veríssimo, Fernandes, & Silva, 2010), ou que foram adoptadas (Vorría et al., 2006).

No entanto, como discutido por Bretherton (2005), uma questão central em torno do ASCT e de instrumentos similares [e.g., *Attachment Doll-Play Interview* (Oppenheim, 1997); *The Manchester Attachment Story Task* (Green, Stanley, Smith, & Goldwyn, 2000)] é saber o que é que estes, realmente, avaliam. Com a generalidade dos artigos a refugiar-se na assumpção de que, a partir das narrativas produzidas pelas crianças é possível inferir sobre a qualidade das suas *representações de vinculação*, um conceito de teor excessivamente abrangente, esta questão crucial está longe de estar respondida (ver Bretherton & Munholland, 2008; Steele et al., 2003).

Efectivamente, não sendo especificado o que é que pode (e não pode) ser incluído neste conceito, a adopção desta terminologia não é suficiente para nos informar sobre se estamos a falar

de equivalentes de MID organizados na esteira da história relacional precoce com cuidadores específicos, de representações das interações familiares actuais, de modelos de relação generalizados, essencialmente ilustrativos das estratégias de relacionamento inter-pessoal adoptadas pelos sujeitos, ou de aproximações a um tipo de conhecimento muito particular organizado sob a forma de *script de base segura* (para uma familiarização com esta abordagem consultar Waters & Waters, 2006).

Subsistem também dúvidas quanto à maior ou menor extensão em que os MID podem ser susceptíveis de processamento conscientes. Neste sentido, vários autores têm vindo a desafiar a ideia de que os MID são, ou invariavelmente inconscientes, ou totalmente conscientes, avançando antes a possibilidade de que, embora largamente permeáveis a influências conscientes, estas representações possam estar também sujeitas a processos cognitivos conscientes que se alteram ao longo do desenvolvimento. Por outro lado, é importante notar que, apesar de nas suas interações quotidianas, os sujeitos não estarem normalmente conscientes de que os seus MID estão activados e a operar, tal não significa que não consigam reflectir sobre alguns aspectos dos mesmos, se chamados a examinar mais atentamente estas relações próximas, ou se confrontados com alterações inesperadas no comportamento dos seus parceiros relacionais (ver Bretherton, 2005; Bretherton & Munholland, 2008; Thompson, 2008). Com efeito, estas ideias podem já ser encontradas na teorização original, quando Bowlby (1969/1982) sugere que, não obstante a sua natureza tendencialmente não consciente, muitos dos processos mentais de que o sujeito tem uma consciência mais aguda acontecem no âmbito da organização dos MID, durante a confirmação da sua consistência interna, extrapolação, ou revisão, em suma, quando estes servem de base para a orquestração de novos planos direccionados.

Motivadas pelos dados reportados por Main, Kaplan e Cassidy (1985) e por Cassidy (1988) que sugeriam a dominância da interacção com a mãe na construção dos MID de vinculação primordiais, Bretherton e Ridgeway (1990) começaram por teorizar que as instruções criadas para o ASCT evocavam predominantemente, no funcionamento psicológico infantil, o modelo operativo do *self* com a mãe. Esta primeira ideia foi reforçada pelo estudo seminal de Bretherton, Ridgeway e Cassidy (1990) reportando continuidade entre a segurança das representações de vinculação inferidas a partir da qualidade das narrativas de crianças com 37 meses e a segurança do comportamento de vinculação destas à mãe, avaliado tanto de forma retrospectiva como concorrente. A qualidade das narrativas mostrou também, como seria de antever em termos teóricos, ser predita pela sensibilidade e capacidade de *insight* materno reportadas pelas mães na *Parent Attachment Interview* (Bretherton, Biringen, Ridgeway, Maslin, & Sherman, 1989), mostrando-se relacionada igualmente com variáveis da dinâmica familiar (e.g., satisfação conjugal, coesão e capacidade adaptativa). No entanto, limitando a confirmação da validade de constructo do ASCT, foram encontradas associações significativas com medidas da personalidade da criança (e.g., timidez e sociabilidade) e do seu desenvolvimento sócio-cognitivo e verbal.

Mantendo-se em aberto se, nos casos em que se registaram alterações significativas no contexto da interacção pais-filhos, as narrativas nos informam mais sobre a realidade actual da criança ou sobre a matriz relacional dos primeiros anos de vida, de natureza predominantemente pré-verbal, o ASCT tem apresentado concordância com medidas que avaliam, quer na primeira infância, quer de forma contemporânea, a segurança do comportamento de vinculação da criança à mãe (e.g., Bretherton, Prentiss, & Ridgeway, 1990; Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, 1990; Gloger-Tippelt, Gomille, König, & Vetter, 2002; Silva et al., 2008; Smeekens, Riksen-Walraven, & Van Bakel, 2009; Solomon, George, & DeJong, 1995; Wong et al., *in press*), embora sejam de referir algumas excepções (e.g., Carvalho, Martins, Martins, Osório, Tereno, & Soares, 2010; Trapolini, Ungerer, & McMahon, 2007).

Reforçando a tese de que nas narrativas poderão ser postas em cena essencialmente reencenações das interações quotidianas, o instrumento tem ainda evidenciado associações positivas com

medidas concorrentes que avaliam a qualidade dos comportamentos maternos dirigidos à criança (e.g., Goodman, Aber, Berlin, & Brooks-Gunn, 1998; Laible, Carlo, Torquati, & Ontai, 2004) e, em direcção oposta, com a presença actual (mas não passada) de sintomatologia depressiva nas mães (Trapolini, et al., 2007). Ligações têm, também, sido encontradas com medidas que avaliam o estado mental das mães relativamente às suas próprias experiências de vinculação (Gloger-Tippelt et al., 2002; Miljkovitch, Pierrehumbert, Bretherton, & Halfon, 2004) e a qualidade das narrativas produzidas por estas quando convidadas a dar continuidade a cenários hipotéticos, tanto no âmbito do contexto relacional pais-filhos como de casal, relevantes para a vinculação (Wong et al., in press).

Por outro lado, é de notar que, embora a maioria das investigações realizadas até à data se limitem à análise de variáveis maternas, alguns dados (e.g., König, Gloger-Tippelt, & Zweyer, 2007; Miljkovitch et al., 2004) alertam para a necessidade de ser substancialmente mais considerada nos futuros *designs* empíricos a análise daquilo que podem ser os contributos desenvolvimentais específicos e combinados, a curto e a longo prazo, das interacções com os dois progenitores, bem como de variáveis relevantes da dinâmica familiar e de casal para a estruturação de representações de vinculação seguras (ver contributos, neste âmbito, de Monteiro & Veríssimo, 2010).

ASCT, comunicação emocional e construção de significado

Optando por enfatizar factores relacionados com a regulação emocional, com os processos interpessoais de atribuição de significado e com o próprio desenvolvimento cognitivo, em detrimento da utilização do termo MID, que consideram remeter em excesso para níveis do funcionamento intra-psíquico, Oppenheim e Waters (1995) propõem que metodologias deste género poderão avaliar essencialmente as competências das crianças para construir, e partilharem, narrativas em torno de assuntos emocionalmente carregados. Nesta linha de pensamento, atenção é dada ao facto de a situação de aplicação da tarefa de completamento de histórias poder constituir um momento fortemente indutor de ansiedade para a criança: confrontada com temas relacionais complexos e tendencialmente conflituosos, com a acção a ser deixada no seu clímax, é-lhe exigido que, regulando a tensão emocional suscitada por cada instrução, resolva de forma coerente o problema apresentado, ao mesmo tempo que tem de permanecer em interacção com um adulto desconhecido.

Apoiando-se na tese avançada por Bowlby (1973) de que a existência de uma comunicação criança/cuidador caracterizada pela abertura emocional (condição que permite à díade meta-comunicar sobre aspectos da própria relação que possam ser menos satisfatórios, clarificar expectativas mútuas e negociar formas de alcançar objectivos comuns e independentes) é vital para a elaboração de modelos seguros, Oppenheim e Waters (1995) sugerem que o que poderá levar as crianças com vinculações seguras a apresentarem um melhor desempenho neste tipo de tarefas é o facto de, ao longo do seu desenvolvimento, terem repetidamente acesso a experiências de comunicação emocional recíproca com os cuidadores. Estando habituadas a envolverem-se com estes na co-construção de narrativas coerentes sobre eventos significativos, sejam estes do passado, do presente, ou hipotéticos, é expectável que estas crianças lidem melhor com situações deste género (ver Bost et al., 2006; Oppenheim, Koren-Karie, & Sagi-Schwartz, 2007).

Defendendo desde a criação do ASCT (ver Bretherton, 1990) que as respostas ao ASCT não deverão ser tratadas enquanto equivalentes das medidas de organização comportamental da vinculação, Inge Bretherton valoriza a perspectiva avançada por estes autores. No entanto, defende que esta teorização não é necessariamente incompatível com o pressuposto de que as narrativas reflectem quer aspectos do funcionamento inter-pessoal dos sujeitos, quer conteúdos da sua dinâmica intra-psíquica. Neste sentido, Bretherton (1995) espera que análises cuidadas das

respostas ao ASCT permitam cada vez mais aos investigadores pôr em evidência ligações relevantes, e teoricamente expectáveis, entre, a internalização de experiências de comunicação aberta e emocionalmente sensível com as figuras parentais, competências de modulação do afecto da própria criança, sentimentos de (in)segurança vivenciados e expressões, que poderão ser mais ou menos coerentes, de alguns conteúdos dos seus modelos internos, relativos tanto às figuras de vinculação como ao *self*.

Debrucemo-nos, agora, sobre alguns dos pontos mais pertinentes em torno da utilização do ASCT e de instrumentos análogos, cuja clarificação é crucial se o objectivo é defender a sua utilização, tanto em contexto clínico como de investigação. Neste contexto, é de notar que, embora constitua um dos pontos mais polémicos em torno da validade da utilização deste tipo de metodologias, uma vez que tem sido discutida extensamente por nós noutros contextos (e.g., Maia, Veríssimo, Ferreira, Santos, Antunes, ..., & Silva, in press), a questão da potencial influência do género não será abordada no presente trabalho.

Qualidade das narrativas e competência verbal

Ainda que a inclusão de uma família de figuras moldáveis e a consideração, na análise das narrativas, das encenações e comportamentos não verbais dos sujeitos visem precisamente contornar as limitações verbais das crianças mais pequenas, é inegável que variáveis de natureza linguística (e.g., grau de compreensão verbal, conhecimentos lexicais, gramaticais e de vocabulário) continuam a ter um peso considerável neste tipo de tarefas. Embora reconhecendo que diferenças ao nível das capacidades linguísticas podem afectar largamente tanto a extensão em que as crianças em idade pré-escolar são capazes de assimilar correctamente as instruções dadas, como o seu à vontade em termos de produção oral e, em especial, a sua competência narrativa, isto é, a capacidade para criar um enredo e construir uma história, é de registar, todavia, que a maioria dos estudos tende a não controlar estes aspectos. Excepções existem, no entanto, que alertam para o facto de alguma da variabilidade inter-individual encontrada nas metodologias de completamento de histórias, sobretudo em crianças mais novas e também quando são utilizados sistemas de cotação focados na elaboração discursiva e na coerência das narrativas (por oposição a sistemas de análise de temas, ou baseados apenas na inclusão/exclusão de critérios narrativos específicos), poder ser, pelo menos numa pequena parte, função do desenvolvimento verbal geral dos sujeitos (e.g., Bretherton, Prentiss, & Ridgeway, 1990; Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, 1990; Goodman et al., 1998; Steele et al., 2003).

Por outro lado, é de notar que, no que diz respeito à utilização de instrumentos análogos na população adulta e adolescente, a capacidade discriminativa da segurança narrativa face a aspectos de natureza puramente linguística e/ou cognitiva tem vindo a ser francamente assegurada (ver Elliot, Tini, Fettes, & Saunders, 2003; Monteiro & Veríssimo, 2010; Vaughn et al., 2006; Waters & Rodrigues-Doolabh, 2001).

Variações decorrentes da idade no ASCT e ontogenia dos MID

Apesar de, desde a sua publicação, o ASCT ter vindo a ser aplicado numa considerável amplitude etária, o facto de os investigadores habitualmente recorrerem a sistemas de cotação distintos tem comprometido a realização de estudos comparativos, bem como a determinação de valores normativos e de medidas de referência para cada idade. Também os dados relativos ao que poderão ser influências específicas da idade se têm mostrado contraditórios. Se alguns estudos não reportam qualquer associação, outros encontram correlações positivas significativas entre esta e a organização e a qualidade das narrativas produzidas, mesmo quando são controladas diferenças inter-individuais em termos de vocabulário (e.g., Goodman et al., 1998).

Embora seja de considerar a possibilidade de, ao longo do tempo, poderem entrar em jogo factores maturativos intra-subjectivos, aquisições sócio-cognitivas e aspectos inerentes à própria evolução da relação com os cuidadores que possivelmente contribuem para que os sujeitos mais velhos recebam pontuações mais altas em tarefas deste género, é de notar que, até ao momento, apenas escassas tentativas têm sido feitas para descrever a ontogenia dos MID.

Percorrendo as fases de organização do sistema de vinculação, Bowlby (1969/1982), diz-nos que durante as primeiras duas fases – *Orientação e sinais com uma discriminação limitada das figuras e Orientação e sinais dirigidos para uma (ou mais) figura(s) discriminada(s)* – a manutenção de um grau razoável de proximidade ao cuidador permanece como o maior objectivo da criança. Na primeira fase, que em condições normativas dura cerca de 8 a 12 semanas, o bebé aprende a diferenciar entre o *self* e o outro, começando a compreender estados de humor, a antecipar preferências e aversões, formando progressivamente expectativas específicas rudimentares sobre como os outros respondem aos seus sinais pela associação entre interações presentes e passadas. Integrando os conhecimentos existentes sobre o que cognitivamente sucede, contemporaneamente, no período sensório-motor Piagetiano, Marvin e Britner (2008, p. 275) supõem que os MID emergentes têm uma natureza muito primitiva, resumindo-se a “*internal on-again, off-again experiences*” associadas à activação e término de comportamentos discretos. Na segunda fase, o bebé assume maior responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção de contacto com os cuidadores, sendo capaz de exercer um maior controlo sobre a interacção e aumentando também a sua capacidade para reconhecer e diferenciar os cuidadores principais. No entanto, não pode ainda conceber estes cuidadores como tendo uma existência separada da sua experiência subjectiva.

Durante a 3ª fase – *Manutenção da proximidade com uma figura discriminada através da locomoção e de sinais* – que começa aproximadamente entre o 6º e o 9º mês de vida, o bebé desenvolve capacidades sócio-cognitivas de referenciação social, imitação, reciprocidade e de atenção partilhada, que lhe permitem utilizar informação sobre ligações psicológicas entre outras pessoas e objectos para guiar o seu próprio comportamento, sendo capaz de recorrer a sinais, verbais e não verbais, de uma forma intencional, dirigida a objectivos. Simultaneamente, adquire compreensão de si próprio enquanto sujeito activo, com identidade psicológica e física, começando também a identificar quais as acções pessoais e condições do meio que podem conduzir a emoções específicas nos outros, fazendo, assim, as suas primeiras estimativas com poder preditivo. Embora agora expectavelmente mais complexos, os MID estão ainda organizados a um nível processual, sendo restrita a capacidade do sujeito para apreender a magnitude das suas estratégias comportamentais, bem como a influência que as mesmas podem ter sobre o comportamento da figura de vinculação (Bowlby, 1969/1982).

Por volta do terceiro ano de vida, as relações entre a criança e os seus principais cuidadores começam a assumir a forma de uma *parceria corrigida por objectivos*. Durante esta fase, as expectativas sobre os atributos interactivos dos cuidadores são progressivamente elaboradas pela criança à medida que se desenvolvem as capacidades para avaliar e compreender os estados mentais destes (i.e., os seus objectivos, interesses, pontos de vista, desejos e necessidades) como potencialmente distintos dos seus e como tendo uma influência preponderante no comportamento dos mesmos. Se durante o despontar desta fase a criança depende ainda fortemente da presença física da figura de vinculação para lidar com as situações de angústia e de desconforto emocional, num segundo momento, será já capaz de operar internamente, com base nas representações construídas, de forma a adaptar os seus comportamentos aos comportamentos e objectivos desta mesma figura. Por outro lado, começará também a tentar influenciar os planos de acção dessa figura com o intuito de os tornar mais convergentes com os seus. Por exemplo, ao elaborar os seus próprios planos para alcançar proximidade, a criança será cada vez mais capaz de tecer considerações sobre os objectivos independentes da figura de vinculação, podendo, em função

destes, inibir comportamentos de vinculação (ver Marvin & Britner, 2008). Estando agora reunidas as condições para que, integrados os objectivos e planos da criança e da sua figura de vinculação, a díade possa negociar planos de acção partilhados, é também esta maior capacidade representacional que possibilita e potencia o afastamento físico e consequente exploração do ambiente, uma vez que, graças à representação internalizada, a segurança inicialmente derivada da presença física do cuidador passa a ser, nas palavras de Timothy Page (2001, p. 354), “*increasingly portable*”.

Estabilidade temporal no ASCT

Distinto, mas intimamente relacionado com aquele que acaba de ser enunciado, outro ponto igualmente pouco explorado prende-se com a escassez de estudos longitudinais susceptíveis de nos informarem sobre a consistência temporal das respostas das crianças ao ASCT.

Comparando narrativas produzidas pelo mesmo grupo de sujeitos, aos 37 e aos 54 meses de idade, Bretherton, Prentiss e Ridgeway (1990) reportaram que, embora as resoluções dadas aos problemas suscitados pelas diferentes instruções fossem fundamentalmente do mesmo tipo, nas respostas dos 54 meses eram discerníveis elementos estilísticos sinalizadores de crescentes conquistas desenvolvimentais, nomeadamente, uma maior diferenciação dos papéis atribuídos às diferentes figuras e sub-sistemas familiares, interacções entre as personagens retratadas de forma mais complexa e fornecimento de finais mais completos (e.g., após a resolução do problema é incluída a encenação do retorno à “normalidade” do dia-a-dia familiar).

Reanalizando os mesmos dados, mas agora com as narrativas a serem avaliadas em termos da sua proximidade a uma estrutura cognitiva prototípica que alguns autores (ver Waters & Waters, 2006) têm vindo a designar por *script de base segura*, Waters, Rodrigues e Ridgeway (1998) comprovaram que, entre os 37 e os 54 meses, o número médio de “unidades lógicas” no conjunto das narrativas (i.e., ideias distintas expressas verbalmente ou inferidas a partir das acções das personagens) aumentou praticamente para o dobro. No entanto, os resultados apoiaram também a tese de que existe continuidade ao nível da organização das representações de vinculação, com o número de ideias e a proximidade ao referido script de base-segura a apresentarem, inter-idade, correlações positivas significativas moderadas (respectivamente, .38 e .49).

Também estudos longitudinais que examinam as respostas dos sujeitos à *MacArthur Story Stem Battery* (ver Bretherton & Oppenheim, 2003) têm posto em evidência quer sinais de razoável concordância temporal no padrão de respostas intra-sujeito, quer sinais de mudanças desenvolvimentais que parecem caminhar no sentido de maior complexidade verbal, diferenciação lógica e integração emocional (e.g., Oppenheim, Nir, Warren, & Emde, 1997).

É de notar, porém, que a conceptualização da continuidade e da segurança da organização da vinculação em termos opostos e mutuamente exclusivos se tem vindo a revelar uma abordagem teórica-empírica insuficiente para explicar os dados fornecidos pela maioria da investigação de cariz longitudinal realizada nas últimas décadas (e.g., Vaughn, Egeland, Sroufe, & Waters, 1979; Waters, Merrick, Treboux, Crowell, & Albersheim, 2000; Weinfield, Sroufe, & Egeland, 2000). A este propósito, dizem-nos Vaughn et al. (2006) que, embora os pressupostos da Teoria da Vinculação relativos aos processos de construção dos MID sejam susceptíveis de abarcar, simultaneamente e de forma integrativa, tanto a ideia de mudança como de continuidade, não pode, contudo, ser negado que a demonstração de estabilidade nos padrões de organização da vinculação ao longo de diferentes intervalos temporais, (assim como de alguma predizível instabilidade em função de grandes alterações contextuais e/ou em momentos de elevado stress relacional (ver Treboux, Crowell, & Waters, 2004; Waters & Hamilton, 2000), constitui uma das maiores evidências empíricas da utilidade deste paradigma explicativo para a compreensão, a longo prazo, do desenvolvimento sócio emocional e relacional dos sujeitos.

No entanto, uma vez que qualquer estimação de continuidade terá sempre de atender à validade das medidas envolvidas [questão que, como discutido por Solomon e George (2008), se tem afigurado recorrentemente problemática em toda a investigação realizada fora do âmbito das medidas observacionais da 1ª infância] parece-nos que este objectivo poderá evidenciar-se especialmente delicado na idade pré-escolar e durante a transição para a escolaridade, períodos grandemente sensíveis a mudanças desenvolvimentais e caracterizados por intenso avanço cognitivo, durante os quais representações mais simplistas prévias podem ser alteradas por novas capacidades de compreensão.

Continuidade versus Mudança à luz da Teoria da Vinculação: é preciso que algo mude para que tudo possa ficar igual?

Embora a Teoria da Vinculação (Bowlby, 1969/1982, 1973) recuse atribuir um carácter determinista aos MID, recusa bem patente no adjectivo dinâmicos que qualifica estes modelos como estando abertos a revisão, é realçada a tendência para a sua continuidade esperando-se que, depois de consolidados, permaneçam relativamente estáveis ao longo da vida. Neste contexto, tem vindo a ser avançado que a tendência para uma crescente estabilização na organização dos MID durante a infância pode ser explicada pelos processos de adaptação recíproca e pelas expectativas mútuas que se estabelecem entre a criança e os cuidadores e que reforçam o padrão de interacção, contribuindo para tornar estes modelos consideravelmente resistentes à mudança (ver Bretherton, 1990).

No entanto, alguma confusão parece subsistir em torno do que significam os, à primeira vista antagónicos, conceitos de mudança e de continuidade, com sobreposições constantes de outros conceitos similares, mas não iguais (como transformação, modificação e elaboração, ou inalterabilidade e estabilidade, por exemplo). Poderá ser importante, neste ponto, distinguir o que podem ser então mudanças qualitativas e mudanças quantitativas.

No primeiro caso referimo-nos a mudanças em termos de segurança/insegurança representacional, possivelmente provocadas pelo confronto com experiências relacionais que põem em causa representações previamente construídas, ou com experiências, não necessariamente desconfirmatórias, mas significativas que implicam reorganização cognitiva, afectiva e comportamental. A este respeito, Bowlby (1969/1982) afirma que, para que sejam úteis, os MID têm de ser constantemente actualizados. Se este processo de actualização geralmente se assemelha a um *feedback* contínuo de modificações graduais, praticamente imperceptíveis, sempre que o indivíduo se confronta com eventos de grande porte, sejam estes positivos ou negativos, (e.g., casar, ter um filho, ser inesperadamente promovido no emprego, morte de alguém importante, adoecer gravemente, divórcio), poderão ser possíveis mudanças radicais nestes modelos. No entanto, Bowlby (1969/1982) salvaguarda que a experiência clínica habitualmente mostra que estas, supostamente necessárias, revisões nos MID nem sempre são fáceis, ou mesmo passíveis de serem realizadas (ver contributos sobre continuidade e mudança nas representações de vinculação de crianças com historial de institucionalização, pré e pós adopção de Steele, Hodges, Kaniuk, & Steele, 2010).

No caso das mudanças quantitativas referimo-nos antes a alterações ao nível da complexidade e organização estrutural dos modelos. Alterações que podem ocorrer em virtude da emergência de capacidades cognitivas mais sofisticadas ao longo do desenvolvimento (como as capacidades de codificação, de interpretação, de simbolização e de memória para experiências relacionais) a par com a maior autonomia da própria criança face às figuras de vinculação (ver Marvin & Britner, 2008).

Dizem-nos Delius, Bovenscheu e Spangler (2008) que, enquanto mudanças qualitativas podem ocorrer como consequência de mudanças ambientais/contextuais, mudanças desenvolvimentais

na complexidade e organização estrutural do MID são necessárias para permitir o seu funcionamento adequado. Ideia reforçada por Bretherton e Munholland (2008) ao defenderem que a manutenção de uma relação de vinculação segura exige que os embrionários MID da infância sejam actualizados em função das competências cognitivas, comunicativas e sociais que se desenvolvem durante a infância e a adolescência, sendo de destacar o papel da linguagem e da comunicação criança/cuidador neste processo. Neste sentido, estas autoras advogam que, no contexto teórico-empírico da Teoria da Vinculação, a questão simplista da continuidade versus mudança deverá antes lugar à questão inevitavelmente mais complexa da continuidade da segurança em face de mudança desenvolvimental.

Objectivos

Dando continuidade aos trabalhos realizados até ao momento com o ASCT em Portugal (e.g., Benavente, Justo, & Verissimo, 2009; Carvalho et al., 2010; Silva et al., 2008; Torres et al., 2010), o presente estudo procura contribuir para a apreciação da validade teórica/empírica do ASCT na população portuguesa. Visa especificamente: (1) analisar algumas das suas características psicométricas numa amostra normativa de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 7 anos, nomeadamente, a validade interna e discriminativa do instrumento; (2) analisar possíveis associações entre a segurança do desempenho no ASCT (nas várias histórias e no conjunto das histórias) e a idade dos participantes; (3) Finalmente, numa sub-amostra de crianças, é explorada a questão da estabilidade temporal do ASCT, após um intervalo de tempo de, aproximadamente, 11 meses.

MÉTODO

Participantes

Participaram neste estudo 159 crianças, 79 do sexo feminino e 80 do sexo masculino. Os participantes integram um projecto longitudinal que analisa o desenvolvimento sócio-emocional infantil entre os 2 anos e meio e a entrada para o Primeiro Ciclo do Ensino Básico, tendo sido recrutados para o estudo através das instituições de ensino que frequentam. À data das observações iniciais (que decorreram de 2007 a 2010), as crianças tinham idades compreendidas entre os 41 e os 89 meses ($M=66.11$, $DP=9.96$). Todas as crianças são provenientes de famílias bi-parentais, à excepção de 9 que vivem com as mães tendo, contudo, um contacto regular com os pais. A sua idade de entrada no Jardim-de-Infância varia entre os 4 e os 62 meses ($M=17.18$, $DP=14.46$), passando entre 2 a 11 horas/dia ($M=8.09$, $DP=1.59$) nesse contexto. As idades das mães estavam compreendidas entre os 26 e os 47 anos ($M=35.92$, $DP=4.05$) e as dos pais entre os 27 e os 53 anos ($M=37.94$, $DP=5.10$). As habilitações literárias das mães variam entre os 9 e os 23 anos de escolaridade ($M=15.11$, $DP=2.84$) e as dos pais entre os 4 e os 19 anos ($M=14.87$, $DP=3.39$). Na sua grande maioria, ambos os pais trabalham fora de casa, pertencendo todas as famílias a um nível sócio-económico médio ou médio alto.

Instrumentos

Attachment Story Completion Task (ASCT, Bretherton & Ridgeway, 1990)

Recriando cenários do quotidiano familiar de uma família de pequenas figuras, o ASCT é composto por um conjunto de breves instruções que dão início a 6 histórias distintas, a serem

completadas pela criança. Para assegurarmos que esta compreende o procedimento e para que se possa familiarizar com o entrevistador e com o material, a primeira história (*Bolo de Aniversário*) mostra o início da festa de anos do filho protagonista, tratando-se de uma história com carácter neutro, que não é posteriormente cotada. No segundo início de história (*Sumo Entornado – SE*), enquanto a família está sentada à mesa a almoçar, o filho protagonista estica o braço para tentar alcançar o copo de sumo, acabando, inadvertidamente, por o deitar ao chão. A terceira história (*Joelho Magoado – JM*) inicia-se com a família a passear num parque onde existe uma rocha alta. A dada altura, ao subir sozinho à rocha, o filho protagonista cai, ferindo-se no joelho. A quarta história a ser apresentada (*Monstro no Quarto – MQ*) mostra os pais na sala-de-estar a dizerem boa-noite ao filho protagonista. Este encaminha-se sozinho para o quarto, mas, ao chegar perto da cama, a luz apaga-se subitamente e ouve-se um ruído forte e estranho, dizendo o entrevistador à criança que há um monstro no quarto. A penúltima história (*Partida – PA*) começa com os pais a dizerem aos filhos que terão de partir em viagem, mas que a vizinha (figura introduzida apenas nas duas últimas histórias) ficará a tomar conta deles até ao dia seguinte. Finalmente, na última história (*Reencontro – RE*), sendo dito que passou já um dia desde a partida dos pais, a vizinha comunica aos 2 irmãos que estes estão a regressar da viagem.

Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence – Revised (WPPSI-R – Wechsler, 1989)

De forma a controlar potenciais efeitos na qualidade das narrativas produzidas decorrentes de diferenças ao nível da capacidade lexical e da compreensão verbal foram aplicados os testes verbais (i.e., Informação, Compreensão, Aritmética, Vocabulário e Semelhanças) da forma revista da WPPSI, aferida para a população portuguesa por Seabra-Santos et al., 2003)

Procedimento

Ambos os instrumentos foram aplicados de forma individual e em ocasiões distintas por membros independentes, previamente treinados, da equipa de investigação. As aplicações foram realizadas nas instituições de ensino, em salas disponibilizadas para o efeito, tendo decorrido com o entrevistador e a criança sentados, em situação de face a face, existindo uma mesa entre ambos onde foi sendo disposto o material.

Aplicação e cotação do ASCT

O entrevistador começa por apresentar os elementos da família à criança, pedindo-lhe que dê um nome a cada um dos filhos, bem como à figura da vizinha. Uma alteração ao procedimento original introduzida pelo nosso estudo consistiu na substituição da figura da avó pela figura de uma vizinha. Esta decisão prende-se com as especificidades culturais das famílias portuguesas, nas quais, contrariamente ao que tende a acontecer nas famílias americanas, as crianças têm por hábito passar muito tempo com os avós, ficando em casa destes frequentemente aos fins-de-semana e durante as férias. Uma vez que a história da *Partida* visa avaliar a reacção do filho protagonista quando colocado, sem a presença dos pais, numa situação não habitual e moderadamente stressante, parece-nos desejável esta opção. Num segundo momento, o entrevistador diz à criança: “*Vamos fazer umas histórias com a nossa família. Eu começo a contar e depois tu continuas, está bem?*”. De modo a facilitar o envolvimento da criança na tarefa, é-lhe pedido, no final de cada história, que ajude a dispor o cenário para a história seguinte.

As aplicações duraram, em média, 15 a 20 minutos. Todas as entrevistas foram filmadas, tendo a avaliação do desempenho dos participantes sido feita com base no visionamento dos vídeos, por um investigador previamente treinado, estranho à situação de recolha dos dados, bem como a qualquer outra informação sobre estes. Para cada entrevista, o processo de cotação demorou entre

45 minutos a 1.5 horas, dependendo da complexidade do material. De acordo com os procedimentos descritos por Maia, Veríssimo, Ferreira, Silva, Fernandes (2009), os valores de segurança foram atribuídos ao longo de uma escala de 8 pontos, em função da complexidade da resolução dada ao problema central levantado em cada início de história e da coerência da narrativa produzida, tendo sido igualmente tidos em conta parâmetros associados ao processo narrativo, nomeadamente, conhecimento emocional revelado, emoção geral expressa, comportamento não verbal, fluência do discurso, grau de investimento na tarefa e qualidade da interação com o entrevistador.

Do conjunto total de 159 entrevistas, 107 ($\approx 67\%$) foram escolhidas ao acaso e igualmente cotadas, de forma autónoma, por pelo menos um de 3 outros elementos da equipa de investigação, também estes previamente treinados e desconhecedores de quaisquer outras informações sobre os participantes. Para as 5 histórias cotadas o acordo inter-juízes (calculado como correlações intra-classes) variou entre .87 e .93, com 80% dos valores a divergirem menos de meio ponto na escala de 1-8. Neste conjunto de entrevistas, o valor final, para cada uma das 535 narrativas analisadas, foi obtido através da média das pontuações dadas pelos vários investigadores.

Segunda recolha de dados

Numa fase posterior deste estudo, com o objectivo de testar a estabilidade do ASCT, tanto este instrumento como os testes verbais da WPPSI-R foram aplicados novamente a 34 participantes (15 raparigas, 19 rapazes), tendo as reaplicações sido realizadas, sensivelmente, 11 meses após a primeira recolha de dados ($M=10.60$, $DP=2.81$).

Aquando da reaplicação do instrumento a estes 34 sujeitos, assegurou-se a cotação independente das narrativas por pares de investigadores que desconheciam as pontuações obtidas pelos sujeitos aquando da primeira avaliação. Também neste caso o acordo inter-juízes se mostrou elevado (coeficientes das correlações intra-classes variaram entre .88 e .96).

RESULTADOS

Segurança no ASCT: Resultados descritivos

A caracterização descritiva das pontuações de segurança atribuídas ao desempenho dos sujeitos, em cada história, é dada na Tabela 1.

TABELA 1

Valores mínimos, máximo, médio (M) e desvio-padrão (DP), assimetria (Sk) e achatamento (Ku) das pontuações de segurança em cada história (n= 159)

Histórias ASCT	Mínimo	Máximo	M	DP	Sk	Ku
SE	2.17	7.83	5.47	1.15	-.36	-.22
JM	2.30	8.00	5.59	1.27	-.50	-.42
MQ	2.33	8.00	5.66	1.12	-.51	-.22
PA	2.00	7.83	5.42	1.20	-.38	-.32
RE	1.00	8.00	5.54	1.39	-.84	.26

Depois de termos verificado que, em cada uma das 5 histórias, os valores de assimetria e de achatamento das pontuações de segurança não revelavam problemas de assimetria graves que

justificassem a utilização de medidas correctivas para a violação do pressuposto da normalidade, e face à impossibilidade de validar o pressuposto da esfericidade [$W=.79$, $\chi^2(9)=36.27$, $p<.001$], uma ANOVA de medidas repetidas com correcção de *Huynh-Feldt* ($\epsilon=.91$) revelou que, inter-histórias, não existem diferenças estatisticamente significativas em termos da segurança média associada ao desempenho global dos sujeitos na tarefa [$F(3.63, 573.34)=2.14$, $p=.08$].

A partir do cálculo da média das pontuações de segurança obtidas pelos sujeitos em cada uma das 5 histórias, foi estimada uma nova variável: segurança total ($M=5.53$, $DP=1.00$). Verificou-se que 111 dos 159 participantes apresentaram valores de segurança total acima de 5 pontos, na escala de 1 a 8. Baseando-nos nas especificidades do sistema de cotação utilizado, podemos assim concluir que, ao longo da aplicação do ASCT, o desempenho da maioria das crianças da nossa amostra (~70%) caracterizou-se pela construção de narrativas essencialmente coerentes, nas quais o “problema relacional” inerente a cada história foi reconhecido e resolvido de forma positiva e completa. Tendo conseguido exteriorizar um leque diverso, maioritariamente ajustado, de afectos, estas crianças foram capazes de integrar aspectos tanto positivos como negativos na produção da trama das narrativas, finalizando-as, de uma forma geral, com a encenação do retorno da interacção familiar à normalidade. Finalmente, tenderam ainda a evidenciar conhecimento emocional adequado e investiram na tarefa com destreza e espontaneidade, hipotetizando-se que desempenhos deste tipo possam ser facilitados pela existência de segurança ao nível das representações internas das experiências relacionais.

Como seria de esperar numa amostra normativa, apenas uma minoria de 5 crianças (3%) obteve valores nesta variável inferiores ou iguais a 3 pontos, limite que a escala estabelece para a identificação de desempenhos caracterizados pela provisão de narrativas ininteligíveis (i.e., pautadas por sucessões de eventos lacunares com carácter agressivo e bizarro), ou por bloqueio emocional extremo e evitamento massivo da tarefa, perfil de respostas a partir do qual podemos inferir insegurança extrema, ou mesmo desorganização, ao nível da representação mental das experiências de vinculação. Com o discurso destas crianças a caracterizar-se pela disfluência e com as figuras parentais a serem representadas de modo francamente negativo, nas suas narrativas os “problemas relacionais” ou não foram sequer reconhecidos ou, depois de lhes ter sido dada uma resolução, que em alguns casos até foi benéfica, ocorreu uma inversão emocional severa, ou um evento bizarro. Se, em alguns casos, o comportamento não verbal dos sujeitos se pautou pela agitação motora, pelo exacerbar de emoções inapropriadas e por tentativas de controlo da situação de aplicação, noutros casos sobressaiu uma marcada inexpressividade, a par com a adopção de um comportamento de retirada na interacção com o investigador.

Os remanescentes 28% dos participantes obtiveram valores de segurança total intermédios (i.e., maiores que 3 e até 5). Mostrando alguma relutância na interacção com o entrevistador e necessitando, por vezes, de diversos incentivos deste para darem continuidade à tarefa, este grupo de sujeitos construiu narrativas ou muito curtas, nas quais apenas foi dada uma resolução de ordem funcional para os problemas em foco, ou, quando mais extensas, atravessadas por elementos de incoerência, hipotetizando-se que na base de respostas com estas características possam estar representações predominantemente inseguras das experiências relacionais.

Validade interna do ASCT

A validade interna do instrumento foi amplamente atestada pelo facto de todas as histórias apresentarem entre si correlações (*Pearson*) positivas estatisticamente significativas, de moderada a elevada intensidade (r entre $.49$ e $.71$, $p<.001$), estando todas também fortemente associadas à variável segurança total (r entre $.79$ e $.84$, $p<.001$). Os resultados obtidos encontram-se dentro dos valores de correlação reportados em estudos prévios envolvendo, também, medidas de tipo contínuo (e.g., Waters et al., 1998) e são consistentes com os obtidos por Silva et al. (2008) e por

Torres et al. (2010) para crianças portuguesas. O Alfa de *Cronbach* para a segurança total é de .87, sendo comparável aos valores obtidos em trabalhos anteriores, quando o foco da cotação foi, por exemplo, a coerência (e.g., Laible et al., 2004), ou o número de “unidades lógicas” presentes em cada narrativa (e.g., Waters et al., 1998).

Validade discriminativa do ASCT: variáveis sócio-demográficas e QI verbal

Comprovando a validade discriminativa do ASCT relativamente a variáveis familiares de tipo sócio-demográfico, consideradas não especialmente relevantes no âmbito da Teoria da Vinculação, nenhuma associação estatisticamente significativa foi encontrada entre a segurança do desempenho dos sujeitos na tarefa, a idade e as habilitações literárias de ambos os pais. Expectavelmente, também não foram encontradas quaisquer associações salientes com a idade de entrada da criança para o Jardim-de-Infância, nem com o número de horas diárias que passa neste, aspectos que a investigação tem vindo a assegurar não terem, pelo menos isoladamente, uma influência directa de tipo linear, na segurança das relações de vinculação estabelecidas com os cuidadores (ver revisão de Lamb & Sternberg, 1990).

Analisando os Quocientes de Inteligência Verbal ($M=95.76$, $DP=13.32$), disponíveis para 157 dos 159 participantes, verificou-se que 85% destes valores se encontravam situados entre aqueles que a WPPSI-R assume como sendo os limites, inferior e superior, de um funcionamento verbal de nível médio. Utilizando-se Coeficientes de Correlação de *Pearson* (testes unilaterais) analisaram-se as relações entre a segurança (de cada história e total) e o Q.I. Verbal.

Embora de fraca intensidade, observaram-se correlações positivas significativas entre o Q.I. Verbal e a segurança nas histórias *Monstro no Quarto* e *Partida* [respectivamente, $r=.18$ e $r=.19$, $p(\text{unilateral})<.05$] e também no conjunto das 5 histórias [$r=.16$, $p(\text{unilateral})<.05$].

Segurança no ASCT e idade

No que respeita à associação entre a segurança, história a história, e a idade, nenhum dos coeficientes de correlação atingiu a significância, tendo-se mantido esta ausência de efeitos estatisticamente significativos quando considerada a segurança total ($r=-.02$, $p=.78$).

Consistência temporal da segurança no ASCT

Através de testes *t*-student para amostras independentes, começámos por confirmar que os 34 sujeitos a quem o ASCT e os sub-testes verbais da WPPSI-R foram aplicados por duas vezes não diferiam significativamente dos restantes 125 sujeitos da amostra inicial, tanto em termos de Q.I. verbal [$t(155)=-.23$, $p=.82$], como em termos de segurança total [$t(157)=.80$, $p=.43$]. Verificámos, contudo, que por comparação com a restante amostra, este grupo de 34 crianças apresentava uma média de idades significativamente mais baixa [$t(157)=-5.98$, $p<.001$], tendo à data da primeira observação entre 41 e 69 meses de idade ($M=56.81$, $DP=5.12$).

Já na sub-amostra, aferimos que, entre avaliações, os valores do Q.I. verbal se mantiveram correlacionados ($r=.58$, $p<.001$) tendo um teste *t*-student para amostras emparelhas revelado que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os valores médios da primeira passagem e os valores médios 11 meses depois [respectivamente, $M=93.94$, $DP=12.37$ e $M=96.56$, $DP=13.01$, com $t(33)=-1.3$, $p=.20$, $n=34$]. Todavia, quando comparámos os valores médios da segurança total do primeiro momento ($M=5.67$, $DP=.87$) com os valores médios da segurança total do segundo momento ($M=6.09$, $DP=.14$), verificámos que o desempenho dos sujeitos tendia a receber pontuações de segurança significativamente mais altas aquando da segunda passagem

do instrumento, com esta diferença a apresentar uma dimensão de efeito média [$t(33)=2.50$, $p(\text{unilateral})<.01$, $d=.49$].

Tal como havíamos verificado na amostra total, também nesta sub-amostra os desempenhos das crianças com maiores valores de Q.I. Verbal receberam tendencialmente pontuações mais elevadas. Todavia, nesta sub-amostra nenhuma das pontuações de segurança (tanto da primeira como da segunda aplicação do ASCT) evidenciou qualquer associação estatisticamente significativa com o Q.I. verbal concorrente dos sujeitos, padrão de resultados que pensamos dever-se ao número reduzido de sujeitos incluídos na análise. Também não foi observada qualquer associação significativa quando relacionámos o primeiro Q.I. verbal com os valores de segurança da segunda aplicação. No entanto, a segurança total da primeira passagem do ASCT apresentou uma correlação significativa positiva (teste unilateral), de magnitude moderada, com o Q.I. Verbal do segundo momento mesmo depois de, mediante a realização de uma correlação parcial, termos controlado o Q.I. verbal do primeiro momento ($r=.43$, $p<.01$).

Foram depois examinadas as associações existentes entre as pontuações de segurança das duas aplicações. De forma a assegurarmos que o padrão associativo encontrado não podia simplesmente ser explicado pela continuidade previamente encontrada ao nível da competência linguística dos sujeitos, realizámos correlações parciais controlando o QI verbal dos 2 momentos. Os resultados encontram-se na Tabela 2.

TABELA 2
Correlações parciais (controlando para os Q.I.'s verbais 1 e 2)
entre as pontuações de segurança das duas aplicações realizadas ($n=34$)

Histórias ASCT	SE2	JM2	MQ2	PA2	RE2	Segurança total 2
SE1	.29 ^r	-.05	.12	-.14	-.09	.06
JM1	.25 ^r	.55**	.22	.17	.00	.33*
MQ1	.52**	.36*	.24 ^r	.06	.25 ^r	.41*
PA1	.30*	.20	-.01	.04	.19	.21
RE1	.25 ^r	.02	.09	-.07	.26 ^r	.17
Segurança total 1	.44**	.30*	.18	.02	.18	.33*

Nota. ^r $p<.10$, * $p<.05$, ** $p<.01$

Mesmo depois de controlarmos a estabilidade inter-individual ao nível do Q.I. verbal, foi encontrada uma associação positiva significativa, de intensidade moderada, entre a segurança total nos dois momentos considerados ($r=.33$, $p<.05$, $n=34$). É de notar que, na análise da continuidade temporal, história a história, a do Joelho Magoado é única na qual o desempenho dos sujeitos apresenta considerável estabilidade ($r=.55$, $p<.01$). Por outro lado, a segurança da história *Monstro no Quarto*, parece ser a que mais se relaciona com a segurança total do desempenho dos sujeitos 11 meses depois.

Finalmente, através da análise gráfica do diagrama de dispersão das pontuações de segurança total na primeira e na segunda observação, foi possível identificar três crianças que claramente se afastavam da tendência geral das restantes (uma rapariga e dois rapazes, com pontuações de $M1=7.13$; 4.88; 6.07 e, respectivamente, de $M2=5.30$; 7.50; 3.80). Verifica-se que a magnitude da correlação parcial (controlando os Q.I. verbais) das pontuações de segurança total nos dois momentos, depois da remoção destes três *outliers*, sobe praticamente para o dobro ($r=.63$, $p<.001$, $n=31$).

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objectivo principal contribuir para uma melhor compreensão da validade teórica e da adequação psicométrica do ASCT na população portuguesa. Para tal, este instrumento foi aplicado a uma amostra normativa de crianças em idade pré-escolar ou a frequentar já o primeiro ano de escolaridade, juntamente com os testes verbais da WPPSI-R.

A tendência de distribuição das pontuações de segurança encontrada na nossa amostra (70% de crianças com desempenhos que sugerem representações de vinculação seguras) é comparável à distribuição de resultados reportada, em termos de classificações A-B-C-D, no estudo de Bretherton et al. (Bretherton, Prentiss, & Ridgeway, 1990; Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, 1990). Tendo em conta que estes padrões de distribuição se aproximam daqueles encontrados nos estudos de referência, em amostras normativas, com a Situação Estranha (e.g., Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978; van IJzendoorn & Kroonenberg, 1988), parece-nos que os resultados encontrados no presente estudo, ainda que de forma indirecta, vão no sentido de confirmar a validade teórica do ASCT, e concretamente da Escala de Segurança (ver Maia et al., 2009) utilizada neste estudo, na população portuguesa.

Os nossos resultados suportam extensamente a validade interna do instrumento com correlações positivas, entre moderadas e fortes, a serem encontradas inter-histórias, traduzindo o Alfa de Cronbach do conjunto das histórias níveis elevados de fiabilidade.

Relativamente à validade discriminativa do ASCT, esta foi assegurada relativamente a variáveis sócio-demográficas (i.e., idade e habilitações literárias dos pais, idade de entrada da criança para a instituição de ensino e número de horas diárias que passa nesta) que não se espera que estejam directamente relacionadas com a vinculação.

Atendendo a que dois dos aspectos mais salientes no sistema de cotação por nós utilizado incluem a análise da coerência das narrativas produzidas e a fluência discursiva, o facto de a associação encontrada entre a segurança total e o Q.I. verbal dos sujeitos ser apenas de fraca intensidade, parece-nos razoavelmente confirmatório da validade discriminativa do ASCT face a diferenças inter-individuais de natureza exclusivamente linguística. É de notar que, curiosamente, as duas histórias em que a associação com o Q.I. verbal atinge a significância estatística (*Monstro no Quarto e Partida*) são aquelas face às quais a maioria das crianças mostrou maior desagrado, chegando mesmo alguns participantes a manifestarem abertamente ao entrevistador vontade de passar para a história seguinte. Embora não se tenham registado diferenças significativas nas pontuações de segurança inter-histórias, tal leva-nos a especular que, por comparação com as restantes, estas duas histórias possam remeter para conteúdos de natureza mais ansiogénica (i.e., medo da noite e de dormir sozinho, vulnerabilidade face ao perigo, ansiedade de separação e receio de abandono...) subjectivamente experienciados pelas crianças destas idades como mais difíceis de elaborar verbalmente, motivo pelo qual supomos que diferenças ao nível do Q.I. verbal se possam, neste caso, fazer notar.

Apesar de a amostra do estudo geral abranger períodos etários marcados por conquistas desenvolvimentais notavelmente distintas (desde a emergência da competência narrativa dos 3 anos até todas as aquisições linguísticas e sócio-cognitivas subjacentes à transição para a escolaridade), não foram verificadas quaisquer associações significativas entre a idade e o desempenho dos sujeitos no ASCT, o que nos parece fortalecer a legitimidade da utilização do instrumento numa considerável amplitude etária.

Finalmente, à semelhança do que tem vindo a acontecer em investigações longitudinais em que esta problemática é focada, quer com o ASCT e com instrumentos semelhantes (e.g., Green et al., 2000; Oppenheim et al., 1997; Waters et al., 1998), quer com metodologias narrativas especificamente desenvolvidas para a idade adulta (e.g., Vaughn et al., 2006), o nosso estudo pôs em

evidência uma tendência clara para a continuidade na organização global das respostas dos sujeitos: mesmo depois de controlados potenciais efeitos decorrentes da continuidade verificada ao nível do Q.I. verbal, a segurança total inicial está associada à segurança total avaliada aproximadamente 11 meses depois. Todavia, já no que diz respeito à estabilidade história a história [e contrariamente ao que foi reportado no estudo de Vaughn et al. (2006) com adultos], esta foi francamente questionada, o que nos parece reforçar a tese de que também no domínio da representação mental e durante este período etário, a segurança da vinculação deverá necessariamente ser conceptualizada em termos de um padrão organizado e coerente do comportamento, da cognição e do afecto (ver Sroufe & Waters, 1977) e não enquanto simples somatório de conteúdos verbais específicos e discretos.

Em face dos resultados, pensamos ainda que não é de descartar a possibilidade de uma segunda passagem do instrumento poder pôr em evidência uma dessensibilização dos sujeitos às instruções das histórias, com a inerente diminuição da ansiedade a contribuir para ligeiras variações, a favor de um melhor desempenho. Com efeito, à semelhança do reportado por Bretherton e Oppenheim (2003) também no nosso estudo, aquando da segunda passagem do ASCT, muitas crianças referiram lembrar-se de conteúdos relativos à primeira aplicação. No entanto, pensamos igualmente que a ideia mais importante a retirar destes dados, à primeira vista contraditórios, é a necessidade de as questões da potencial influência específica da idade e de como pode a aferição da estabilidade temporal ser adequadamente testada neste contexto, continuarem a ser melhor clarificadas em próximas investigações.

Neste sentido, sobretudo quando os investigadores planeiam incluir na sua investigação grupos de crianças com faixas etárias muito distintas, consideramos pertinente que, previamente à recolha dos dados, seja questionada a susceptibilidade diferencial, em termos de activação emocional, que estes grupos podem apresentar aos estímulos presentes nas instruções. A este propósito, embora sejam necessários mais estudos para confirmar a sua utilidade, parece-nos interessante a sugestão de Granot e Maysseles (2001) de que, na aplicação do ASCT a crianças em idade escolar, sejam introduzidas algumas alterações. São estas: (a) na instrução *Joelho Magoado*, após a queda da criança, esta referir que o joelho está a deitar sangue; (b) na instrução *Monstro no Quarto*, substituir o monstro por uma “figura assustadora”; (c) na história da *Partida*, a ausência dos pais é prolongada para 3 dias e a personagem do irmão (ou irmã) é retirada para que não possa ser utilizada como figura alternativa de prestação de cuidados.

Por outro lado, pensamos que, pelo menos nos anos pré-escolares, especial cuidado tem de ser dado a variáveis da esfera sócio-cognitiva, que podem influenciar a qualidade das respostas dos sujeitos, contribuindo para a confusão entre o que podem ser discrepâncias no plano narrativo devidas a aspectos do desenvolvimento (e.g., crescentes capacidades de tomada de perspectiva, abandono de falsas crenças, aquisição de maior autonomia) e discrepâncias susceptíveis de serem atribuídas a diferenças efectivas (no caso dos estudos longitudinais a *mudanças*) na segurança da vinculação.

A propósito desta questão, Bretherton e Oppenheim (2003) dão um exemplo relativo ao tipo de resolução habitualmente dada, no ASCT, à instrução *Monstro no Quarto*, retirado de dados não publicados recolhidos pela primeira autora, que nos parece paradigmático: se aos 3 anos os sujeitos tendem a pôr as figuras dos pais a “livrarem-se” por algum método do monstro, aos 4 anos e meio, é mais provável que estas mesmas figuras relembrem à criança protagonista que os monstros não existem, explicando-lhes que provavelmente estariam já a sonhar ou que o monstro que viram seria apenas uma sombra estranha e ajudando-o a voltar a adormecer. Como seria de esperar, as histórias dos 4 anos e meio não apenas se mostram mais coerentes e menos fantasiosas, como é possível perceber que os sujeitos adquiriram já alguma compreensão sobre falsas crenças. No entanto, o mais importante a reter será o facto de ambas as resoluções (i.e., estratégia comportamental e estratégia cognitiva) se afigurarem indicativas de representações positivas das

figuras parentais, surgindo estas como capazes de proteger os filhos e de metabolizar as emoções negativas que estes possam estar a vivenciar.

Naturalmente, reconhecemos que uma das maiores lacunas do nosso estudo se prende com a inexistência de informação sobre eventuais acontecimentos significativos, tanto positivos como negativos, que possam ter ocorrido na vida dos participantes ao longo de 11 meses (e.g., nascimento de irmãos, mudança de casa, divórcio, desemprego de um dos pais, morte de algum familiar, avós irem viver para a mesma casa, ou, por exemplo, alterações ao nível da rotina laboral permitirem que pais passem mais (e melhor) tempo com os filhos) susceptíveis de influenciarem a qualidade das vivências relacionais no contexto familiar.

Pensamos, também, que outra da forte limitação deste estudo decorre da ausência de dados descritivos tanto relativos ao tipo de conteúdos concretos abordados nas narrativas (e.g., que resolução específica é dada a cada problema) como relativos a aspectos de natureza mais estilística (e.g., número total de palavras ou de eventos narrados, quantidade de incentivos necessários por parte do entrevistador, etc.) que nos permitam comparar mais detalhadamente os desempenhos da primeira e da segunda aplicação.

Por outro lado, o facto de, longitudinalmente, (mesmo depois de termos controlado a influência do Q.I. verbal concorrente) termos encontrado uma associação positiva entre a segurança total da sub-amostra de 34 sujeitos no ASCT e o seu Q.I. verbal avaliado quase um ano depois ($r=.43$, $p<.01$), vai no sentido de que, ao longo do desenvolvimento, interagem influências bidireccionais entre segurança da vinculação e aspectos cognitivos, em particular os de tipo verbal (ver Greig & Howe, 2001; Stievenart, Roskam, Meunier, & van de Moortele, 2011). Assim, se é certo que os avanços linguísticos tornam possíveis, ou pelo menos amplificam, as capacidades narrativas dos sujeitos para descrever verbalmente as suas experiências, também é de esperar, todavia, que tendo por base a natureza das interações verbais com os cuidadores, sobretudo quando estas remetem para situações que possam ser vivenciadas como negativas (i.e., confusas, assustadoras, frustrantes, culpabilizantes, ou no limite, traumáticas), estes venham a adquirir gradualmente um estilo comunicativo e características discursivas susceptíveis de criarem e/ou de perpetuarem determinados padrões de interacção relacional (Steele et al., 2003). Deste modo, no contexto de relações de vinculação seguras, desafiadas por trocas comunicativas de elevada qualidade e de crescente complexidade com os cuidadores, será também provável que as crianças se possam sentir mais estimuladas (e tenham efectivamente mais condições) para desenvolver as suas competências linguísticas.

Em síntese, pensamos que os resultados deste estudo oferecem amplo suporte para a validade de utilização do ASCT na população portuguesa, ao mesmo tempo que contribuem para um entendimento mais amplo do que poderão ser diferentes evoluções, necessariamente multi-factoriais e multi-determinadas (ver Weinfeld et al., 2008), da (in)segurança das representações de vinculação na infância.

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Oxford, England: Lawrence Erlbaum.
- Benavente, R., Justo, J., & Veríssimo, M. (2009). Os efeitos dos maus-tratos e da negligência sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar. *Análise Psicológica*, 27(1), 21-31.

- Bost, K., Shin, N., McBride, B., Brown, G., Vaughn, B., Coppola, G., Verissimo, M., Monteiro, L., & Korth, B. (2006). Maternal secure base scripts, children's attachment security, and mother-child narrative styles. *Attachment & Human Development, 8*(3), 241-260.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Separation, anxiety, and anger* (vol. 2). New York, NY: Basic Books.
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss: Attachment* (vol. 1, 2nd rev. ed.). New York, NY: Basic Books (Original work published, 1969). *Journal, 11*(3), 237-252.
- Bretherton, I. (1990). Communication patterns, internal working models, and the intergenerational transmission of attachment relationships. *Infant Mental Health Journal, 11*(3), 237-252.
- Bretherton, I. (1995). Commentary: A communication perspective on attachment relationships and internal working models. In E. Waters, B. E. Vaughn, G. Posada, & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behavior and working models: New growing points of attachment theory and research. Monographs of Society for Research in Child Development, 60*(2-3, Serial No. 244), 310-329.
- Bretherton, I. (2005). In pursuit of the internal working model construct and its relevance to attachment relationships. In K. E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 13-47). New York, NY: Guilford Publications.
- Bretherton, I., & Munholland, K. (2008). Internal working models in attachment relationships: Elaborating a central construct in attachment theory. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 102-127). New York, NY: Guilford Press.
- Bretherton, I., & Oppenheim, D. (2003). The MacArthur Story Stem Battery: development, administration, reliability, validity, and reflections about meaning. In R. N. Emde, D. P. Wolf, & D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur Story Stem Battery and parent-child narratives* (pp. 55-89). New York, NY: Oxford University Press.
- Bretherton, I., & Ridgeway, D. (1990). Story completion tasks to assess young children's internal working model of child and parent in the attachment relationship. In M. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years. Theory, research and intervention* (pp. 300-305). Chicago: The University of Chicago Press.
- Bretherton, I., Prentiss, C., & Ridgeway, D. (1990). Children's representations of family relationships in a story completion task at 37 and 54 months. In I. Bretherton & M. Watson (Eds.), *Children's perspectives on the family – New Directions in Child Development series* (vol. 48, pp. 85-105). San Francisco: Jossey-Bass.
- Bretherton, I., Ridgeway, D., & Cassidy, J. (1990). Assessing internal working models of the attachment relationship: An attachment story completion task for 3-year-olds. In M. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment during the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp. 273-308). Chicago, IL US: University of Chicago Press.
- Bretherton, I., Biringen, Z., Ridgeway, D., Maslin, C., & Sherman, M. (1989). Attachment: The parental perspective. *Infant Mental Health Journal, 10*(3), 203-221.
- Carvalho, M., Martins, C., Martins, E., Osório, A., Tereno, S., & Soares, I. (2010, Fevereiro). *(Des)continuidade entre a qualidade da vinculação na 1ª infância e representação da vinculação aos 3 anos*. Comunicação apresentada no VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Braga, Portugal.
- Cassidy, J. (1988). Child mother attachment and the self in six-year olds. *Child Development, 59*, 121-134.
- Delius, A., Bovenschen, I., & Spangler, G. (2008). The inner working model as a 'theory of attachment': Development during the preschool years. *Attachment & Human Development, 10*(4), 395-414. doi:10.1080/14616730802461425.
- Elliott, M., Tini, M., Fetten, E., & Saunders, A. (2003, March). Attachment scripts in adult man and adolescent males. In H. Waters & E. Waters (Chairs), *Script-like representations of secure base experience: Evidence*

- of cross-age, cross-cultural, and behavioral links. Poster symposium presented at the Biennial Meetings of the Society for Research in Child Development, Tampa, FL.
- Gloger-Tippelt, G., Gomille, B., König, L., & Vetter, J. (2002). Attachment representations in 6-year-olds: Related longitudinally to the quality of attachment in infancy and mothers' attachment representations. *Attachment & Human Development, 4*(3), 318-339.
- Goodman, G., Aber, J., Berlin, L., & Brooks-Gunn, J. (1998). The relations between maternal behaviors and urban preschool children's internal working models of attachment security. *Infant Mental Health Journal, 19*(4), 378-393.
- Granot, D., & Mayseless, O. (2001). Attachment security and adjustment to school in middle childhood. *International Journal of Behavioral Development, 25*(6), 530-541.
- Green, J., Stanley, C., Smith, V., & Goldwyn, R. (2000). A new method of evaluating attachment representations in young school-age children: The Manchester Child Attachment Story Task. *Attachment & Human Development, 2*(1), 48-70. doi:10.1080/146167300361318
- Greig, A., & Howe, D. (2001). Social understanding, attachment security of preschool children and maternal mental health. *British Journal of Developmental Psychology, 19*(3), 381-393. doi:10.1348/026151001166164
- König, L., Gloger-Tippelt, G., & Zweyer, K. (2007). Bindungsverhalten zu Mutter und Vater und Bindungsrepräsentation bei Kindern im Alter von fünf und sieben Jahren. *Praxis der Kinderpsychologie und Kinderpsychiatrie, 56*(5), 445-462.
- Laible, D., Carlo, G., Torquati, J., & Ontai, L. (2004). Children's perceptions of family relationships as assessed in a doll story completion task: Links to parenting, social competence, and externalizing behavior. *Social Development, 13*(4), 551-569.
- Lamb, M. E., & Sternberg, K. J. (1990). Do we really know how day care affects children? *Journal of Applied Developmental Psychology, 11*(3), 351-379. doi:10.1016/0193-3973(90)90015-C
- Maia, J., Veríssimo, M., Ferreira, B., Silva, F., & Fernandes, M. (2009). *Adaptação portuguesa do Attachment Story Completion Task – Manual de aplicação e cotação: Dimensão Contínua de Segurança*. Manuscrito não publicado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood. A move to the level of representation. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development, 50*, 66-104.
- Marvin, R. S., & Britner, P. A. (2008). Normative development: The ontogeny of attachment. In J. Cassidy, & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment theory: Research and clinical applications* (2nd ed., pp. 269-294). New York, NY: The Guilford Press.
- Miljkovitch, R., Pierrehumbert, B., Bretherton, I., & Halfon, O. (2004). Associations between parental and child attachment representations. *Attachment & Human Development, 6*(3), 305-325. doi:10.1080/14616730412331281557
- Monteiro, L. & Veríssimo, M. (2010). *Análise do fenómeno de base segura em contexto familiar: A especificidade das relações criança/mãe e criança/pai*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: F.C.T., Gulbenkian.
- Oppenheim, D. (1997). The Attachment Doll-play Interview for preschoolers. *International Journal of Behavioral Development, 20*(4), 681-697. doi:10.1080/016502597385126
- Oppenheim, D., & Waters, H. S. (1995). Narrative processes and attachment representations: Issues of development and assessment. In E. Waters, B. E. Vaughn, G. Posada, & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behavior and working models: New growing points of attachment theory and research. Monographs of Society for Research in Child Development, 60*, 197-215.

- Oppenheim, D., Koren-Karie, N., & Sagi-Schwartz, A. (2007). Emotion dialogues between mothers and children at 4.5 and 7.5 years: Relations with children's attachment at 1 year. *Child Development, 78*, 38-52.
- Oppenheim, D., Nir, A., Warren, S., & Emde, R. (1997). Emotion regulation in mother-child narrative co-construction: Associations with children's narratives and adaptation. *Developmental Psychology, 33*(2), 284-294.
- Page, T. F. (2001). Attachment themes in the family narratives of preschool children: A qualitative analysis. *Child & Adolescent Social Work Journal, 18*(5), 353-375. doi:10.1023/A:1012555323631
- Page, T., & Bretherton, I. (2001). Mother- and father-child attachment themes in the story completions of preschoolers from post-divorce families: Do they predict relationships with peers and teachers? *Attachment and Human Development, 3*, 1-29.
- Pierrehumbert, B., Santelices, M., Ibáñez, M., Alberdi, M., Ongari, B., Roskam, I., Stievenart, M., Spencer, R., Rodríguez, A., & Borghini, A. (2009). Gender and attachment representations in the preschool years: Comparisons between five countries. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 40*(4), 543-566. doi:10.1177/0022022109335181
- Seabra-Santos, M. J., Simões, M. R., Albuquerque, C. P., Pereira, M. M., Almeida, L. S., Ferreira, C., Lança, C., & Lopes, A. F. (2003). Escala de Inteligência de Wechsler para a idade pré-escolar e primária – Forma Revista (W.P.P.S.I.-R.). In M. M. Gonçalves, M. R. Simões, L. S. Almeida, & C. Machado (Coords.), *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população* (vol. 1, pp.197-219). Coimbra: Quarteto.
- Silva, F., Fernandes, M., Veríssimo, M., Shin, N., Vaughn, B. E., & Bost, K. K. (2008). A concordância entre o comportamento de base segura com a mãe nos primeiros anos de vida e os modelos internos dinâmicos no pré-escolar. *Análise Psicológica, 26*(3), 411-422.
- Smeekens, S., Riksen-Walraven, J., & Van-Bakel, H. (2009). The predictive value of different infant attachment measures for socioemotional development at age 5 years. *Infant Mental Health Journal, 30*(4), 366-383. doi:10.1002/imhj.20219
- Solomon, J., & George, C. (2008) The measurement of attachment security and related constructs in infancy and early childhood. In J. Cassidy, & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment theory. Research and clinical applications* (2nd ed., pp. 383-416). New York: The Guilford Press.
- Sroufe, L., & Waters, E. (1977). Attachment as an organizational construct. *Child Development, 48*(4), 1184-1199. doi:10.1111/1467-8624.ep10398712
- Steele, M., Hodges, J., Kaniuk, J., & Steele, H. (2010). Mental representation and change: Developing attachment relationships in an adoption context. *Psychoanalytic Inquiry, 30*(1), 25-40. doi:10.1080/07351690903200135
- Steele, M., Steele, H., Woolgar, M., Yabsley, S., Fonagy, P., Johnson, D., & Croft, C. (2003). An attachment perspective on children's emotion narratives: Links across generations. In R. N. Emde, D. P. Wolf, & D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur Story Stem Battery and parent-child narratives* (pp. 163-181). New York, NY: Oxford University Press.
- Stievenart, M., Roskam, I., Meunier, J., & van de Moortele, G. (2011). The reciprocal relation between children's attachment representations and their cognitive ability. *International Journal of Behavioral Development, 35*(1), 58-66. Retrieved from EBSCOhost.
- Thompson, R. A. (2008). Attachment-related mental representations: Introduction to the special issue. *Attachment & Human Development, 10*(4), 347-358. doi:10.1080/14616730802461334
- Torres, N., Maia, J., Veríssimo, M., Fernandes, M., & Silva, F. (2010). Attachment security representations in institutionalized children and children living with their families: Links to problem behavior. *Clinical Psychology & Psychotherapy, 18*: n/a. doi: 10.1002/cpp.739.
- Trapolini, T., Ungerer, J., & McMahon, C. (2007). Maternal depression and children's attachment representations during the preschool years. *British Journal of Developmental Psychology, 25*(2), 247-261.

- Treboux, D., Crowell, J. A., & Waters, E. (2004). When “new” meets “old”: Configurations of adult attachment representations and their implications for marital functioning. *Developmental Psychology, 40*(2), 295-314. doi:10.1037/0012-1649.40.2.295
- van IJzendoorn, M.H., & Kroonenberg, P.M. (1988). Cross-cultural patterns of attachment: A meta-analysis of the Strange Situation. *Child Development, 59*, 147-156.
- Vaughn, B., Egeland, B., Sroufe, L., & Waters, E. (1979). Individual differences in infant-mother attachment at twelve and eighteen months: Stability and change in families under stress. *Child Development, 50*(4), 971-975. doi:10.1111/1467-8624.ep7251685
- Vaughn, B. E., Veríssimo, M., Coppola, G., Bost, K. K., Shin, N., McBride, B., Krzysik, L., & Korth, B. (2006). Maternal attachment script representations: Longitudinal stability and associations with stylistic features of maternal narratives. *Attachment & Human Development, 8*(3), 199-208. doi:10.1080/14616730600856024
- Vorria, P., Papaligoura, Z., Sarafidou, J., Kopakaki, M., Dunn, J., Van IJzendoorn, M. H., & Kontopoulou, A. (2006). The development of adopted children after institutional care: A follow-up study. *Journal of Child Psychology & Psychiatry, 47*(12), 1246-1253. doi:10.1111/j.1469-7610.2006.01666.x
- Waters, E., & Hamilton, C. E. (2000). The stability of attachment security from infancy to adolescence and early adulthood: General introduction. *Child Development, 71*(3), 678-683. Retrieved from EBSCOhost.
- Waters, H. S., & Rodrigues-Doolabh, L. (2001, April). Are attachment scripts the building blocks of attachment representations? Narrative assessment of representations and the AAI. In H. Waters & E. Waters (Chairs), *Narrative Measures of Attachment for Adults*. Poster symposium presented at the Biennial Meetings of the Society for Research in Child Development, Minneapolis, MN.
- Waters, H., & Waters, E. (2006). The attachment working models concept: Among other things, we build script-like representations of secure base experiences. *Attachment & Human Development, 8*(3), 185-197. doi:10.1080/14616730600856016
- Waters, H. S., Rodrigues, L. M., & Ridgeway, D. (1998). Cognitive underpinnings of narrative attachment assessment. *Journal of Experimental Child Psychology, 71*, 211-234.
- Waters, E., Merrick, S., Treboux, D., Crowell, J., & Albersheim, L. (2000). Attachment security in infancy and in early adulthood: A 20-years longitudinal study. *Child Development, 71*, 684-689.
- Wechsler, D. (1989). *WPPSI-R - Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence – Revised*. San Antonio: The Psychological Corporation.
- Weinfield, N. S., Sroufe, L. A., & Egeland, B. (2000). Attachment from infancy to early adulthood in a high-risk sample: Continuity, discontinuity, and their correlates. *Child Development, 71*(3), 695-702.
- Weinfield, N., Sroufe, L., Egeland, B., & Carlson, E. (2008) Individual differences in infant caregiver attachment: Conceptual and empirical aspects of security. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment theory. Research and clinical applications* (2nd ed., pp. 78-101). New York: The Guilford Press.
- Wong, M., Bost, K.K., Shin, N., Veríssimo, M., Maia, J., Monteiro, L., Silva, F., Coppola, G., Costantini, A., Vaughn, B. (in press). Understanding children’s mental representations of attachment: The role of children’s secure base behaviors and maternal attachment scripts. *Attachment and Human Development*.

Attempting to identify individual differences in the way children tend to enact a variety of attachment related scenarios, the *Attachment Story Completion Task* (ASCT, Bretherton & Ridgeway, 1990) has been used in various cultures, being considered a key narrative methodology in the field. Although ASCT’s both clinical and empirical value is widely acknowledged, more research seems to be needed to fully confirm its discriminative validity from measures of verbal competence, as well as to clarify reliability issues. This study aims to contribute to a better understanding of the instrument in the Portuguese population, especially in what concerns the potential influence of age and verbal I.Q. in

participants' performance. 159 pre-school and school age children ($M=66.11$, $SD=9.96$) participated in the study. Children's performance in each of the stories was assessed using a continuous security scale rated by independent trained coders. No significant correlations were found between security scores and social-demographic variables, or children's age. However, a weak positive association was found with verbal I.Q., estimated with the WPPSI-R (Wechsler, 1989) [$r=.16$, $p(\text{unilateral})<.05$]. Temporal stability was examined in a sub-sample ($n=34$), after an 11 months period. Security scores were higher in the second evaluation, in terms of group's mean [$t(33)=2.50$, $p(\text{unilateral})<.01$, $d=.49$], but there was moderate stability ($r=.33$, $p<.05$, $n=34$) when security was considered at the intra-individual level. Data also supports the idea that, along development, there are bidirectional influences between the organization of attachment representations and children's verbal capacities.

Key-words: Attachment representations, Narrative semi-projective measures, Temporal stability in attachment representations.